

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ CORREGEDOR DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS**

\_\_\_\_\_,  
(nome completo)  
brasileiro(a), \_\_\_\_\_, portador(a) do  
(estado civil) (profissão)  
RG nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
(nº identidade/órgão expedidor) (nº CPF)  
residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_  
(endereço completo para contato)  
\_\_\_\_\_,  
(complemento do endereço) (cidade e estado da federação)  
CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, vem perante Vossa Excelência, com base no art. 223, § 1º, da  
Lei Complementar estadual nº 59/2001, e art. 65 e seu § 4º do Provimento nº 01/2010 da  
Corregedoria da Justiça Militar, apresentar a presente

**RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR**

contra \_\_\_\_\_,  
(indicar o nome do magistrado ou servidor da Justiça Militar de Minas Gerais)

pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:

**I – DOS FATOS:**

\_\_\_\_\_  
.  
.  
.  
\_\_\_\_\_

**II – DO DIREITO:**

A conduta acima descrita, em tese, constitui abuso, erro inescusável ou omissão relevante por parte do Juiz de Direito do Juízo Militar, Juiz Militar ou servidor da Justiça Militar e enseja intervenção correcional, nos termos do art. 223, § 1º, da Lei Complementar nº 59/2001.

**III – DO PEDIDO:**

Ante todo o exposto, requer a esta Corregedoria da Justiça Militar sejam apurados os fatos acima narrados, instaurando-se o competente processo legal administrativo disciplinar para aplicação da penalidade cabível e prevista em lei para a espécie.

Para demonstração do alegado, requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a oitiva das seguintes testemunhas:

- \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_,  
(indicar o nome da testemunha) (indicar o endereço da testemunha)  
- \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_,  
(indicar o nome da testemunha) (indicar o endereço da testemunha)  
- \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_,  
(indicar o nome da testemunha) (indicar o endereço da testemunha)

Termos em que,  
pede e espera deferimento.

\_\_\_\_\_,  
(local) (dia) / (mês) / (ano)

(assinatura)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ CORREGEDOR DA JUSTIÇA MILITAR DE MINAS GERAIS**

\_\_\_\_\_  
(nome completo)  
brasileiro(a), \_\_\_\_\_, portador(a) do  
(estado civil) (profissão)  
RG nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
(nº identidade/órgão expedidor) (nº CPF)  
residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_  
(endereço completo para contato)  
\_\_\_\_\_  
(complemento do endereço) (cidade e estado da federação)  
CEP: \_\_\_\_\_, vem perante Vossa Excelência, com base no art. 223, § 1º, da  
Lei Complementar estadual nº 59/2001, e art. 65 e seu § 4º do Provimento nº 01/2010 da  
Corregedoria da Justiça Militar, apresentar a presente

**REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO**

contra \_\_\_\_\_,  
(indicar o órgão do Poder Judiciário onde o processo se encontra com excesso injustificado de prazo)  
relativamente ao processo nº \_\_\_\_\_  
(indicar o nº do processo que se encontra com prazo excedido)  
pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:

**I – DOS FATOS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**II – DO DIREITO:**

O art. 5º, inciso LXXXVIII, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, dispõe: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”

No mesmo diapasão, determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que é dever de todo magistrado, *in verbis*:

**LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979**

Art. 35 - São deveres do magistrado:

(...)

II - não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

Assim, considerando que é direito do Requerente a razoável duração do processo, nos termos da legislação processual em vigor, e que o excesso injustificado de prazo representa infração disciplinar cometida pelo magistrado em questão, cumpre a essa Corregedoria Nacional de Justiça, à luz dos fatos e das provas trazidas, fazer cumprir a Lei e a Constituição para que o representado responda, administrativamente, pela mora processual que deu causa.

A conduta acima descrita, em tese, constitui omissão relevante por parte do Juiz de Direito do Juízo Militar enseja intervenção correicional, nos termos do art. 223, § 1º, da Lei Complementar nº 39/2001.

**III – DO PEDIDO**

Ante todo o exposto, requer a esta Corregedoria da Justiça Militar sejam apurados os fatos acima narrados, tomando-se as providências previstas em lei para a espécie.

Acompanha a presente toda a documentação necessária a demonstrar o alegado excesso injustificado de prazo.

Termos em que,  
pede e espera deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(local) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
(assinatura)